

**ETENE - Empresa Transmissora de Energia do
Nordeste S.A.**

Demonstrações Financeiras acompanhadas do
Relatório do Auditor Independente.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

ETENE - Empresa Transmissora de Energia do Nordeste S.A.

Índice

	Página
Relatório da Administração	3
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras	5
Demonstrações financeiras	7
Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras	12

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO REFERENTE AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

Srs. Acionistas,

Submetemos para apreciação às Demonstrações financeiras da ETENE – Empresa Transmissora de Energia do Nordeste S.A. (“Etene” ou “Companhia”), com Relatório dos Auditores Independentes, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

A ETENE registrou em 31 de dezembro de 2025 resultado líquido de R\$ 17.690.

Histórico. A Companhia foi constituída sob a forma de sociedade anônima de capital fechado em 17/05/2017 e tem por objeto social a construção, implantação, operação e manutenção de Linha de Transmissão de Energia Elétrica decorrente do Contrato de Concessão nº 34/2017-ANEEL do Lote 14 do Leilão 05/2016 promovido pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, suas respectivas instalações componentes do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica de Rede Básica e Sistema Interligado e suas ampliações.

A Licença de Operação (LO) nº 1602/2021 foi expedida em 05/01/2021 e em 13/01/2021 foram iniciadas as operações, de acordo com o Termo de Liberação Definitivo para operação integrada ao SIN sem pendências (TLDONS/21/1/2021).

Desempenho Econômico-Financeiro. As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, às Orientações e às Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM. A Companhia aplicou as políticas contábeis definidas na nota explicativa nº 03 na preparação destas demonstrações financeiras. A Companhia adotou ainda todos os pronunciamentos e respectivas interpretações técnicas e orientações técnicas emitidas pelo CPC e aprovados pelo CFC, que juntamente com as práticas contábeis incluídas na legislação societária brasileira são denominados como práticas contábeis adotadas no Brasil.

Composição Acionária. O capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 30.699, representado por 30.699.123 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, com preço de emissão de R\$1,00 (um real) cada, na proporção de participação de cada acionista, sendo 37,5% pertencentes a FM Rodrigues & Cia. Ltda, 37,5% a Hersa Engenharia e Serviços Ltda, 20% pertencentes a Sollo Energia S.A e 5,0% a FB Participações Ltda. Em 31/12/2025 a Companhia apresenta em seu patrimônio líquido o montante de R\$ 74.766.

Auditores Independentes. Em conformidade com o disposto na Instrução CVM 381, de 14 de janeiro de 2011, a Companhia declara a contratação da Berkan Auditores Independentes para a prestação de serviços de auditoria externa em suas demonstrações financeiras, bem como para a revisão de informações contábeis em atendimento às exigências do Órgão Regulador ANEEL.

Agradecimentos. Agradecemos a atenção dispensada pelos acionistas e ficamos à disposição para quaisquer esclarecimentos.

A ADMINISTRAÇÃO

Flavio Beloto Gonçalves
Diretor

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
ETENE – Empresa Transmissora de Energia do Nordeste S/A
São Paulo – SP

Introdução

Examinamos as demonstrações financeiras da ETENE - Empresa Transmissora de Energia do Nordeste S/A (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da ETENE - Empresa Transmissora de Energia do Nordeste S/A em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e o seu fluxo de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Reservas de lucros

Conforme apresentado na demonstração das mutações do patrimônio líquido e na nota explicativa nº 12.b, as reservas de lucros da Companhia estão excedentes ao valor do capital social em 31 de dezembro de 2025 e 2024. De acordo com o Art. 199 da Lei 6.404/76, redação dada pela Lei 11.638/07, o saldo das reservas de lucros, com exceção das reservas para contingências, de incentivos fiscais e de lucros a realizar, não deve ultrapassar o valor do capital social. Quando esse limite for atingido, a assembleia deverá deliberar sobre a aplicação do excesso, podendo ser utilizado para o aumento do capital social ou para a distribuição de dividendos. Neste contexto, a Companhia está avaliando a melhor alternativa para adequar sua estrutura patrimonial em conformidade com a legislação vigente. Nossa opinião não está modificada por conta deste assunto.

Responsabilidades da Diretoria pelas demonstrações financeiras

A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também à administração declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Blumenau (SC), 19 de março de 2026.

Berkan Auditores Independentes S.S.
CRC SC-009075/O-7

Bradley Ricardo Moretti
Sócio
Contador CRC SC-023618/O-6

ETENE - Empresa Transmissora de Energia do Nordeste S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota explicativa	31.12.2025	31.12.2024	Passivo	Nota explicativa	31.12.2025	31.12.2024
Ativo circulante				Passivo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	3.481	3.033	Fornecedores	9	193	2.348
Concessionárias e permissionárias	6	2.426	1.839	Empréstimos e financiamentos	10	2.921	2.868
Ativo de contrato	7	17.594	16.705	Obrigações sociais e trabalhistas		71	46
Outros créditos		<u>281</u>	<u>914</u>	Impostos correntes a pagar		474	404
Total do ativo circulante		<u>23.782</u>	<u>22.491</u>	Dividendos mínimos obrigatórios	8-12.c	9.000	1.831
Ativo não circulante				Arrendamento a pagar		199	3
Aplicações financeiras	5	1.428	1.369	Provisões para contingências	11	2.701	-
Ativo de contrato	7	134.599	129.207	Outras contas a pagar		<u>316</u>	<u>279</u>
Direito de uso		261	4	Total do passivo circulante		<u>15.875</u>	<u>7.779</u>
Imobilizado		<u>277</u>	<u>63</u>	Passivo não circulante			
Total do ativo não circulante		<u>136.565</u>	<u>130.643</u>	Empréstimos e financiamentos	10	34.813	37.039
				Provisões para contingências	11	59	2.331
				Arrendamento a pagar		71	-
				Dividendos adicionais a distribuir	8-12.c	24.520	28.887
				Tributos diferidos	16.a	<u>10.243</u>	<u>9.820</u>
				Total do passivo não circulante		<u>69.706</u>	<u>78.077</u>
				Patrimônio líquido			
				Capital social	12.a	30.699	30.699
				Reserva de lucros	12.b	<u>44.067</u>	<u>36.579</u>
				Total do patrimônio líquido		<u>74.766</u>	<u>67.278</u>
Total do ativo		<u>160.347</u>	<u>153.134</u>	Total do passivo e patrimônio líquido		<u>160.347</u>	<u>153.134</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ETENE - Empresa Transmissora de Energia do Nordeste S.A.

Demonstrações do resultado

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais, exceto o resultado por ação)

	Nota explicativa	31.12.2025	31.12.2024
Receita operacional líquida	13	26.016	18.945
Custos de operação e manutenção	14	(4.525)	(6.732)
Lucro bruto		21.491	12.213
Despesas gerais e administrativas			
Remuneração do pessoal		(256)	(181)
Serviços de terceiros		(501)	(824)
Outras receitas e despesas operacionais		(69)	(522)
Total das despesas gerais e administrativas		(826)	(1.527)
Lucro antes do resultado financeiro e dos impostos		20.665	10.686
Receitas financeiras		447	376
Despesas financeiras		(2.454)	(2.632)
Resultado financeiro líquido	15	(2.007)	(2.256)
Lucro antes dos impostos		18.658	8.430
Imposto de renda e contribuição social correntes	16.c	(775)	(723)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	16.c	(193)	4
Lucro líquido do exercício		17.690	7.711
Resultado por ação - em reais	17	0,5762	0,2512

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ETENE - Empresa Transmissora de Energia do Nordeste S.A.

Demonstrações do resultado abrangente

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

	31.12.2025	31.12.2024
Lucro líquido do exercício	<u>17.690</u>	<u>7.711</u>
Total do resultado abrangente do exercício	<u>17.690</u>	<u>7.711</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ETENE - Empresa Transmissora de Energia do Nordeste S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

	Notas explicativas	Reservas			Lucros acumulados	Total
		Capital social	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros		
Saldo em 31 de dezembro de 2023		30.699	2.340	41.135	-	74.174
Dividendos adicionais a distribuir		-	-	(12.776)	-	(12.776)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	7.711	7.711
Destinação do resultado do exercício						
Constituição reserva legal		-	386	-	(386)	-
Dividendo mínimo obrigatório por ação		-	-	-	(1.831)	(1.831)
Constituição reserva de retenção de lucros		-	-	5.494	(5.494)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2024	12	30.699	2.726	33.853	-	67.278
Dividendos adicionais a distribuir		-	-	(6.000)	-	(6.000)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	17.690	17.690
Destinação do resultado do exercício						
Constituição reserva legal		-	884	-	(884)	-
Dividendo mínimo obrigatório por ação		-	-	-	(4.202)	(4.202)
Constituição reserva de retenção de lucros		-	-	12.604	(12.604)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2025	12	30.699	3.610	40.457	-	74.766

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ETENE - Empresa Transmissora de Energia do Nordeste S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	31.12.2025	31.12.2024
Fluxo de caixa de atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício		17.690	7.711
Ajustes em:			
PIS e COFINS Diferidos	16.b	229	(5)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	16.c	193	(4)
Remuneração do ativo de contrato	7	(24.518)	(17.564)
Juros sobre empréstimos	10.b	2.351	2.558
Depreciação		20	14
Amortização direito de uso		236	107
Juros direito de uso		31	6
Provisão para contingências	11	496	2.264
Provisão para devedores duvidosos		-	492
Atualização monetária sobre P&D	15	26	22
(Aumento) redução nos ativos operacionais:			
Ativo de contrato	7	18.237	17.699
Concessionárias e permissionárias		(587)	(38)
Outros créditos e outros ativos		633	(593)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:			
Fornecedores		(2.155)	1.777
Impostos correntes a pagar		713	636
Obrigações sociais e trabalhistas		25	13
Provisão para contingências	11	(67)	-
Outras contas a pagar		12	50
Imposto de renda e contribuição social pagos		(643)	(648)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		12.922	14.497
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aplicações financeiras		(59)	115
Aquisição de imobilizado		(234)	(4)
Caixa líquido gerado pelas atividades de investimento		(293)	111
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Pagamento de dividendos	12.c	(7.400)	(10.360)
Direito de uso		(257)	(206)
Pagamento de empréstimos - principal	10.a	(2.059)	(1.983)
Pagamento de empréstimos - juros	10.a	(2.465)	(2.613)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		(12.181)	(15.162)
(Redução)/Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		448	(554)
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	4	3.033	3.587
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	4	3.481	3.033
(Redução)/Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		448	(554)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (Em milhares de Reais)

1 Informações gerais

1.1 Contexto operacional

A ETENE – Empresa Transmissora de Energia do Nordeste S.A. (“Companhia”), foi constituída em 17 de maio de 2017 sob a forma de sociedade por ações de capital fechado e tem por objeto social a construção, implantação, operação e manutenção de Linha de Transmissão de Energia Elétrica decorrente do Contrato de Concessão do Lote 14 do Leilão 05/2016 promovido pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, suas respectivas instalações componentes do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica de Rede Básica e Sistema Interligado e suas ampliações.

Atuando no setor de transmissão de energia elétrica, a Companhia é responsável pela construção, pela operação e pela manutenção de linhas de transmissão localizadas nos Estados de Alagoas e Sergipe.

1.2 Da concessão

No dia 11 de agosto de 2017, a Companhia assinou com a União, através da ANEEL, o Contrato de Concessão nº 034/2017 - Instalação de Transmissão de Rede Básica, que regula a Concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica, pelo prazo de 30 (trinta) anos, para implantação, operação e manutenção das seguintes instalações de transmissão, que se encontram em operação e estão distribuídas em áreas dos Estados de Alagoas e Sergipe:

- (i) LT 230 kV CS Nossa Senhora do Socorro - Penedo.
- (ii) Entradas de linhas, interligação de barramentos, equipamento de compensação reativa, conexões de reatores, barramentos, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção comando, controle, telecomunicação, administração e apoio. As instalações entraram em operação comercial em 13 de janeiro de 2021 em conformidade com a TLDONS/21/1/2021 emitida pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS.

A prestação do serviço público de transmissão ocorrerá mediante o pagamento à transmissora da Receita Anual Permitida (RAP) a ser auferida a partir da data de disponibilização para operação comercial das instalações de transmissão. Conforme a última Resolução Homologatória nº 3.481/2025, emitida pela ANEEL, o valor anual definido para a RAP, no ciclo 2025-2026, é de R\$ 22.117 (R\$ 21.000 no ciclo 2024-2025), incluindo os tributos reembolsáveis PIS/COFINS. Essa receita será corrigida anualmente no mês de julho pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), nos termos da cláusula sexta do contrato de concessão. Além disso, a ANEEL procederá à revisão da RAP, durante o período da concessão, em intervalos periódicos de cinco anos, contados do primeiro mês de julho subsequente à data da assinatura do contrato de concessão, sendo que a próxima revisão ocorrerá em julho de 2028. A Companhia adota como procedimento contábil o reconhecimento dos impactos de reajuste tarifário quando eles são homologados pela Resolução emitida pelo Poder Concedente.

Os montantes faturados pela Companhia estão sujeitos aos seguintes encargos regulatórios:

Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica (TFSEE) - Taxa de fiscalização incidente sobre a transmissão de energia elétrica, devida mensalmente, sendo seu valor fixado pelos despachos emitidos no início de cada ano pela ANEEL e proporcionais ao porte do serviço concedido, considerando o valor econômico agregado pelo concessionário, sendo seu percentual anual equivalente a 0,4% da receita operacional.

Pesquisa & Desenvolvimento do Setor Elétrico (P&D) - Investimento aplicado em pesquisa e desenvolvimento do setor elétrico equivalente ao percentual anual de 1% da receita operacional líquida.

A transmissora deverá executar reforços e melhorias nas instalações de transmissão da rede básica objeto deste contrato, nos termos da Resolução Normativa nº 443/2011, auferindo as correspondentes receitas, tendo em vista a adequada prestação do serviço público de transmissão de que é titular.

A extinção da concessão determinará, de pleno direito, a reversão ao Poder Concedente dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se aos levantamentos e às avaliações, bem como à determinação do montante da indenização devida à transmissora, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico.

Sem prejuízo das penalidades cabíveis e das responsabilidades incidentes, a ANEEL poderá intervir na concessão, nos termos da Lei nº 8.987/1995, a qualquer tempo, para assegurar a prestação adequada do serviço público de transmissão ou o cumprimento, pela transmissora, das normas legais, regulamentares e contratuais, após prévio pagamento da indenização das parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não depreciados, que tenham sido realizados pela Transmissora.

2 Base de preparação

2.1 Declaração de conformidade

As Demonstrações Financeiras foram preparadas em conformidade às normas internacionais de contabilidade (“IFRS” – *Internacional Financial Reporting Standards*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* – IASB, e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Todas as informações relevantes próprias destas demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

Em 31 de dezembro de 2025, avaliamos a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e estamos certos de que suas operações têm capacidade de geração de recursos para dar continuidade aos negócios no futuro. Não temos conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade da Companhia em continuar operando.

2.2 Data de aprovação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para emissão pela Diretoria em 19 de março de 2026.

2.3 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma.

2.4 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as demonstrações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais

próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.5 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, dos passivos, das receitas e das despesas. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e as premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

A seguir, são apresentados os principais julgamentos e estimativas efetuados pela Administração durante o processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia e que mais afetam significativamente os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras:

(i) **Contabilização de contratos de concessão**

Na contabilização dos contratos de concessão, a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente, no que diz respeito a aplicabilidade da interpretação de contratos de concessão, determinação e classificação dos gastos de implementação da infraestrutura, ampliação, reforços e melhorias como ativo contratual.

(ii) **Reconhecimento do ativo de contrato**

A Administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos das concessões com base nas características econômicas do contrato de concessão. O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto. O ativo contratual é registrado em contrapartida a receita de infraestrutura, que é reconhecida conforme os gastos incorridos. A parcela do ativo contratual indenizável é identificada quando a implementação da infraestrutura é finalizada.

(iii) **Determinação da taxa efetiva de desconto do ativo de contrato**

A taxa aplicada ao ativo contratual é uma taxa de desconto que melhor representa a estimativa da Companhia para a remuneração financeira dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar os riscos e prêmios específicos do negócio. A taxa para precificar o componente financeiro do ativo contratual é estabelecida na data do início de cada contrato de concessão. A taxa de desconto utilizada pela Companhia é de 15,21% a.a.

3 Principais práticas contábeis

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras:

a. **Receita operacional**

Os concessionários devem registrar e mensurar a receita dos serviços que prestam obedecendo aos pronunciamentos técnicos CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente, mesmo quando prestados sob um único contrato de concessão. As receitas são reconhecidas quando ou conforme a entidade satisfaz as obrigações de performance assumidas no contrato com o cliente, e somente quando houver um contrato aprovado; for possível identificar os direitos; houver substância comercial e for provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito. As receitas da Companhia são classificadas nos seguintes grupos:

Receita de infraestrutura

Refere-se aos serviços de implementação da infraestrutura, ampliação, reforço e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica. As receitas de infraestrutura são reconhecidas conforme

os gastos incorridos e calculadas acrescentando-se as alíquotas de PIS e COFINS ao valor do investimento, uma vez que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de implementação da infraestrutura e encargos, considerando que boa parte de suas instalações é implementada através de contratos terceirizados com partes não relacionadas. As variações positivas ou negativas em relação à margem estimada são alocadas no resultado ao fim de cada obra.

A margem de construção é auferida pela proporção do montante previsto de recebimento da RAP para remuneração do capital e obrigação de construção em relação ao CAPEX do Projeto, ambos definidos nos respectivos planos de negócios. Toda a margem de construção é recebida durante a obra e variações positivas ou negativas são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. A margem de construção (e de operação) é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores.

Receita de remuneração ativo de concessão

Refere-se aos juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa que melhor representa a remuneração dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar os riscos e prêmios específicos do negócio. A taxa busca precificar o componente financeiro do ativo contratual, determinada na data de início de cada contrato de concessão. A taxa de retorno incide sobre o montante a receber do fluxo futuro de recebimento de caixa.

Receita de operação e manutenção

Refere-se aos serviços de operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica, que tem início após o término da fase de construção e visa a não interrupção da disponibilidade dessas instalações.

b. Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou à sua emissão. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia não possui nenhum tipo de instrumento financeiro derivativo.

A classificação depende da finalidade dos ativos e dos passivos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial. Todas as aquisições ou alienações normais de ativos e passivos financeiros são reconhecidas ou baixadas com base na data de negociação.

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(i) Ativos financeiros

Os ativos financeiros são classificados nas seguintes categorias específicas: custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes e valor justo por meio do resultado.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apresentou instrumentos financeiros classificados como custo amortizado e valor justo por meio do resultado.

Custo amortizado

São incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São registrados no ativo circulante, exceto, nos casos aplicáveis, aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço, os

quais são classificados como ativo não circulante.

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Em 31 de dezembro de 2025, os ativos financeiros da Companhia, classificados nesta categoria, compreendiam as seguintes contas: “Caixa e bancos”, “Concessionárias e permissionárias” e “Outros créditos”.

Valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a serem obrigatoriamente mensurados ao valor justo.

Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado.

Em 31 de dezembro de 2025, os ativos financeiros da Companhia, classificados nesta categoria, compreendiam a conta: “Aplicações financeiras” e “Equivalentes de caixa”.

(ii) Passivos financeiros

Os passivos financeiros, incluindo financiamentos, são inicialmente mensurados pelo valor justo, líquidos dos custos da transação. Posteriormente, são mensurados pelo valor de custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos, e a despesa financeira é reconhecida com base na remuneração efetiva.

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

Em 31 de dezembro de 2025, os passivos financeiros da Companhia classificados como custo amortizado compreendiam “Outras contas a pagar”, “Fornecedores”, “Empréstimos e financiamentos” e “Arrendamentos a pagar”.

c. Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem os valores mantidos em caixa, bancos e aplicações financeiras com liquidez imediata e risco insignificante de mudança de valor.

d. Concessionárias e permissionárias

Correspondem aos recebíveis do contrato de concessão de serviços, compreendendo os valores decorrentes de Instalações de Transmissão de Rede básica (RBL).

e. Ativo de contrato

A concessão da Companhia foi classificada dentro do modelo de ativo contratual, a partir de 1º de janeiro de 2018, conforme adoção do CPC 47 - Receita de Contrato com Clientes. O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o

recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele mês pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo financeiro, pois nada mais além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido. Os benefícios deste ativo são os fluxos de caixa futuros.

O valor do ativo contratual das concessionárias de transmissão de energia é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão, ou na sua prorrogação, e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP).

Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizados (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato de concessão.

A implementação da infraestrutura, atividade executada durante fase de obra, tem o direito a contraprestação vinculado a performance de finalização da obra e das obrigações de desempenho de operar e manter, e não somente a passagem do tempo, sendo o reconhecimento da receita e custos das obras relacionadas à formação deste ativo através dos gastos incorridos.

f. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base no regime do lucro presumido considerando as seguintes premissas: (i) Imposto de renda – base de cálculo de 8% da receita, alíquota do imposto de renda de 15% e adicional de 10% sobre a base tributável excedente de R\$240; e (ii) Contribuição social - base de cálculo de 12% da receita e alíquota da contribuição social de 9%.

Os impostos diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. Os impostos diferidos são mensurados pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de relatório e reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

g. Redução ao valor recuperável de ativos (“Impairment”)

A cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso.

A Companhia não identificou perdas por redução ao valor recuperável de ativos a serem reconhecidas nos exercícios apresentados.

h. Provisões para contingências

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação.

i. Resultado por ação

O resultado por ação, é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas da Companhia.

j. Demonstrações dos fluxos de caixa (“DFC”)

A Companhia classifica nas demonstrações de fluxos de caixa os juros pagos como atividade de financiamento, por entender que os juros pagos representam custos para obtenção de recursos financeiros.

3.1 Normas e interpretações novas e revisadas

Novas normas aplicadas a partir de 01.01.2025

No exercício corrente, a Companhia adotou as alterações e novas interpretações às IFRS e aos pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Conselho das Normas Internacionais de Contabilidade (*International Accounting Standards Board - IASB*) e pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, respectivamente, que entraram obrigatoriamente em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2025.

Norma ou interpretação	Descrição	Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após
CPC 02 (R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de Informações Financeiras	Ausência de conversibilidade/permutabilidade	01/01/2025
OCPC 10 - Créditos de Carbono (tCO2e), Permissões de emissão (allowances) e Crédito de Descarbonização (CBIO)	Garantir a consistência das Informações Financeiras Intermediárias e permitir sua conexão com o relatório financeiro de sustentabilidade	01/01/2025

A adoção dessas normas e interpretações novas e revisadas não resultou em impactos relevantes sobre a posição patrimonial e financeira e os resultados da Companhia ou sobre as divulgações nestas demonstrações financeiras.

Normas e interpretações novas e revisadas emitidas e ainda não aplicáveis

Norma ou interpretação	Descrição	Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após
CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas e CPC 18 (R2) - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto	Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou joint venture	Não definida

Norma ou interpretação	Descrição	Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após
IFRS S1 - Requisitos Gerais para Divulgação de Informações Financeiras Relacionadas à Sustentabilidade e IFRS S2 - Divulgações Relacionadas ao Clima	Requisitos gerais para a divulgação de informações financeiras relacionadas à sustentabilidade e clima	01.01.2026 para companhias abertas
IFRS 19 - Subsidiárias sem Responsabilidade Pública de Divulgações	Permite que as subsidiárias apliquem as normas IFRS com requisitos de divulgação reduzidos	01.01.2027
CPC 48 e CPC 40 - Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros	Clarificações sobre reconhecimento, desreconhecimento e novas divulgações para instrumentos financeiros	01.01.2026
CPC 18 (R2) - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto	Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou joint venture	01.01.2026
IFRS 18 - Apresentação e Divulgação em Informações Financeiras Intermediárias	Nova norma - estrutura do resultado, novas divulgações e princípios de agregação e desagregação	01.01.2027

Atualmente, a Administração está conduzindo uma análise dos impactos que poderão advir com a adoção das normas e interpretações novas e revisadas supracitadas em suas demonstrações financeiras. A Companhia espera impactos substanciais na elaboração da Demonstração de Resultado e da Demonstração dos Fluxos de Caixa, originados pela aplicação da IFRS 18. A Companhia aguardará a orientação do CPC para a aplicação deste pronunciamento.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2025	31/12/2024
Caixa	4	4
Aplicações financeiras liquidez imediata	3.477	3.029
Total	3.481	3.033

O saldo de aplicações financeiras apresenta a seguinte composição:

Instituição financeira	Tipo de aplicação	31/12/2025	31/12/2024
Banco do Brasil	Aplicação automática RF	39	38
Banco do Nordeste	FI RF	14	5
Banco do Nordeste	CDB DI	3.424	2.986
Total		3.477	3.029

Os equivalentes de caixa em moeda nacional possuem liquidez imediata são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. As aplicações financeiras referem-se principalmente a fundos de renda fixa, com rentabilidade entre 94% e 97% do Certificado de Depósito Interbancário – CDI.

A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota explicativa 18.

5 Aplicações financeiras vinculadas (Caixa restrito)

Refere-se à aplicação/conta reserva restrita para garantia do contrato de financiamento firmado com o Banco do Nordeste do Brasil (“BNB”). O Fundo de liquidez corresponderá, pelo menos a 3,17% do saldo devedor. Possíveis excessos sobre o montante avençado, inclusive daqueles decorrentes dos rendimentos creditados em função das aplicações financeiras realizadas, se integrarão ao referido fundo e poderão ser transferidos para a conta de livre movimentação do Emitente/Creditado, mediante solicitação formal e em periodicidade mínima de 6 (seis) meses. As principais informações estão descritas a seguir:

Instituição financeira	Tipo de aplicação	Remuneração	31/12/2025	31/12/2024
Banco do Nordeste (*)	PLUS FIC FI RF	98,75% CDI	80	74
Banco do Nordeste	PLUS FIC FI RF	98,75% CDI	1.348	1.295
Total			1.428	1.369

(*) Em atendimento ao 1º aditivo ao contrato de financiamento, a Companhia criou a conta reserva de O&M em separado da conta reserva de fundo de liquidez.

6 Concessionárias e permissionárias

Refere-se à apuração do valor a receber dos usuários do sistema de transmissão informado mensalmente pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS).

	31/12/2025	31/12/2024
Concessionárias e permissionárias	2.629	2.106
Créditos a receber – CCEE	289	225
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(492)	(492)
Total	2.426	1.839

A Companhia provisionou como créditos de liquidação duvidosa os agentes que possuem suspensão de pagamento devido a liminar e agentes em recuperação judicial. A abertura dos títulos, por vencimento, é apresentada a seguir:

	31/12/2025	31/12/2024
Títulos a vencer	1.931	1.611
Títulos vencidos		
Até 30 dias	2	53
De 31 a 91 dias	4	107
De 91 a 365 dias	266	158
Acima de 365 dias	715	402
Total	2.918	2.331

7 Ativo de contrato

Os fluxos de caixa vinculados à fase de construção da infraestrutura da concessão, cujo direito à contraprestação está condicionado à satisfação de obrigações de desempenho vinculada à fase de operação, são classificados como Ativos de Contrato e apresentam a seguinte composição:

	Saldo ativo de contrato em 31/12/2024	Atualização/ remuneração do ativo de contrato	Realização do ativo de contrato	Saldo ativo de contrato em 31/12/2025
Ativo de contrato	145.912	24.518	(18.237)	152.193
Circulante	16.705			17.594
Não circulante	129.207			134.599
	Saldo ativo de contrato em 31/12/2023	Atualização/ remuneração do ativo de contrato	Realização do ativo de contrato	Saldo ativo de contrato em 31/12/2024
Ativo de contrato	146.047	17.564	(17.699)	145.912
Circulante	16.581			16.705
Não circulante	129.466			129.207

Quando são homologados os novos valores de receita para o próximo ciclo, os montantes são reconhecidos e remensurados através de fluxos financeiros de longo prazo projetados dentro das melhores estimativas e trazidos a valor presente. A REH nº 3.481/2025 homologou a receita anual permitida para o ciclo 2025/2026 com aumento de 5,32% (Nota 1.2).

8 Transações com partes relacionadas

A Administração identificou como partes relacionadas seus acionistas, administradores, conselheiros e os demais membros do pessoal-chave da Administração e seus familiares, conforme definições contidas no Pronunciamento Técnico CPC 05 (R1) - Divulgações sobre partes relacionadas. As transações com partes relacionadas ocorridas nos períodos reportados e seus efeitos estão descritos a seguir:

a. Remuneração dos administradores

A Companhia não efetua nenhum tipo de pagamento e/ou remuneração aos administradores.

b. Dividendos a pagar

	31/12/2025	31/12/2024
FM Rodrigues & Cia Ltda	12.570	11.520
Hersa Engenharia e Serviços Ltda	12.570	11.520
FB Participações Ltda	1.676	1.535
Sollo Energia S.A.	6.704	6.143
Total	33.520	30.718
Circulante	9.000	1.831
Não circulante	24.520	28.887

9 Fornecedores

	31/12/2025	31/12/2024
Serviços	183	66
Materiais (i)	10	2.282
Total	193	2.348

(i) Refere-se a contrato para o fornecimento de materiais sobressalentes.

10 Empréstimos e financiamentos

A Companhia celebrou em 16 de outubro de 2018 o contrato de financiamento com o Banco do Nordeste do Brasil S.A com um crédito no montante de R\$ 56.792 para ser utilizado na construção da

linha de transmissão de energia elétrica objeto da concessão mencionada na nota explicativa nº 1.2. Em 2019 foi liberado um montante de R\$ 46.215 ocorrendo a supressão automática do saldo. Sobre a dívida incidirá a TFC – Taxa de Juros dos Fundos Constitucionais apurada mensalmente, pro rata dia, calculada e capitalizada no dia 15 de cada mês de acordo com fórmula determinada em contrato. Para cálculo dos Juros Básicos Fixos (JBF) a utilização do Fator de Localização (FL), no formato do inciso V do Art. 1º-A da Lei 10.177/200: (i) Taxa de 2,2311% a.a. sobre o valor de R\$ 5.925 – FL: Trecho Nossa Senhora do Socorro, (ii) Taxa de 1,8255% a.a. sobre o valor de R\$ 40.290 – FL: Outros, além da atualização monetária baseada na variação do IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo apurado pelo IBGE.

O empréstimo será amortizado em 216 parcelas mensais a partir de 15 de dezembro de 2020 e terminando em 15 de novembro de 2038.

a. Composição

	31/12/2025	31/12/2024
Banco do Nordeste	37.734	39.907
Circulante	2.921	2.868
Não circulante	34.813	37.039

b. Movimentação

A movimentação dos empréstimos e financiamentos está demonstrada a seguir:

Saldo em 31 de dezembro de 2023	41.945
Provisões de juros	2.558
Juros pagos	(2.613)
Amortização de principal	(1.983)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	39.907
Provisões de juros	2.351
Juros pagos	(2.465)
Amortização de principal	(2.059)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	37.734

c. Cronograma de pagamento não circulante

2027	2.921
2028	2.921
2029	2.921
2030 a 2038	26.050
Total	34.813

d. Garantias

A beneficiária cedeu fiduciariamente ao Banco do Nordeste, em caráter irrevogável e irretroatável o fundo de liquidez em conta reserva, conforme divulgado na nota explicativa nº 5. A Companhia apresentou obrigatoriamente carta de fiança bancária, a cada liberação de crédito, em favor ao Banco do Nordeste com a garantia de crédito de até 100% do saldo devedor. Em 20 de setembro de 2022 a Companhia celebrou o 1º aditivo de contrato de financiamento junto ao Banco do Nordeste, com a finalidade de substituir a garantia de fiança bancária, pelas garantias de Cessão Fiduciária dos Direitos Creditórios, Cessão Fiduciária dos Direitos Emergentes da Concessão/Autorização, Penhor de Ações e Cessão Fiduciária de Fundo de Liquidez em Conta Reserva de O&M. E em 24 de outubro de 2022, o Banco do Nordeste emitiu o termo de exoneração de fiança, dando plena e geral quitação às obrigações

assumidas pelo Banco do Brasil. Em caso de inadimplência, os acionistas serão responsáveis pela quitação do saldo. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 a Companhia está em conformidade com as garantidas assumidas.

11 Provisões para contingências

A Companhia está envolvida em processos cíveis e ambientais na esfera judicial, conforme informações abaixo:

Processos prováveis: Composto por processos de instituição de servidão de passagem.

	31/12/2025	31/12/2024
Cível	2.760	2.331
Total	2.760	2.331

Movimentação dos processos:

	31/12/2025	31/12/2024
Saldo inicial	2.331	67
Adição	496	2.264
Pagamento	(67)	-
Saldo final	2.760	2.331

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia reclassificou o saldo de R\$ 2.701 da provisão para contingências do passivo não circulante para o passivo circulante, em decorrência da expectativa de liquidação da obrigação no exercício de 2026. A referida reclassificação não resultou em impacto no resultado do exercício, representando apenas alteração na apresentação da obrigação no balanço patrimonial.

Processos possíveis: Composto por processo administrativo vinculado ao atendimento de condicionantes ambientais e processo judicial referente ao cumprimento de normas do licenciamento ambiental.

	31/12/2025	31/12/2024
Ambiental	745	51
Total	745	51

12 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2025 e 2024 é de R\$ 30.699, representado por 30.699.123 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

	31/12/2025			31/12/2024		
	Quantidade de ações ordinárias	% do capital	Valor	Quantidade de ações ordinárias	% do capital	Valor
Acionistas						
FM Rodrigues e Cia Ltda	11.512.170	37,50	11.512	11.512.170	37,50	11.512
Hersa Engenharia e Serviços Ltda	11.512.170	37,50	11.512	11.512.170	37,50	11.512
Sollo Energia S.A.	6.139.825	20,00	6.140	6.139.825	20,00	6.140
FB Participações Ltda	1.534.958	5,00	1.535	1.534.958	5,00	1.535
Total	30.699.123	100,00	30.699	30.699.123	100,00	30.699

b. Reserva de lucros

A reserva de lucros está composta por reserva legal e reserva de retenção de lucros. A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro do exercício e limitada a 20% do capital social, conforme legislação societária e definido no estatuto social da Companhia. A reserva de retenção de lucros é deliberada anualmente em Assembleia Geral Ordinária - AGO.

	31/12/2025	31/12/2024
Lucro líquido do exercício	17.690	7.711
Reserva legal (5%)	(884)	(386)
Lucro líquido do exercício ajustado	16.806	7.325
Dividendo mínimo obrigatório (25%)	4.202	1.831
Reserva de retenção de lucros	12.604	5.494

Em 31 de dezembro de 2025, as reservas de lucros de R\$ 44.067 ultrapassam em R\$ 13.368 o capital social da Companhia que é de R\$ 30.699. Em observância ao artigo 199 da Lei nº. 6.404/1976, a destinação das referidas reservas será definida na Assembleia de Acionistas, podendo ser constituído dividendos adicionais para distribuição aos Acionistas, de acordo com a disponibilidade de caixa da Companhia ou destinado ao aumento do capital social.

c. Dividendos

Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral e fará jus a um dividendo mínimo obrigatório de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro ajustado nos termos da Lei nº 6.404/76. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025 a Companhia efetuou o pagamento de R\$ 7.400, referente a dividendos de exercícios anteriores.

A movimentação dos dividendos está demonstrada a seguir:

Saldo de dividendos em 31 de dezembro de 2024	30.718
Pagamento de dividendos	(7.400)
Dividendos mínimos obrigatórios 2025	4.202
Dividendos adicionais a distribuir	6.000
Saldo de dividendos em 31 de dezembro de 2025	33.520

13 Receita operacional líquida

	31/12/2025	31/12/2024
Receita de remuneração do ativo de contrato (*)	24.518	17.564
Receita de O&M	2.771	2.376
Total de receita operacional bruta	27.289	19.940
Deduções da receita operacional		
(-) PIS e COFINS corrente	(767)	(734)
(-) PIS e COFINS diferido	(229)	5
(-) Encargos regulatórios	(277)	(266)
Total de deduções da receita	(1.273)	(995)
Receita operacional líquida	26.016	18.945

(*) O aumento na receita de remuneração do ativo de contrato reflete, principalmente, a maior variação do IPCA registrada no exercício de 2025, em comparação ao exercício anterior, o que resultou na elevação do fluxo de caixa futuro associado ao ativo de contrato. Esse incremento na receita resultou, consequentemente, em impacto no saldo de impostos diferidos

14 Custos

Os custos representam, essencialmente, os valores incorridos referentes ao Contrato de Prestação de Serviços de Operação e Manutenção (CPSOM) firmados, bem como os gastos com serviços auxiliares de engenharia e vigilância.

	31/12/2025	31/12/2024
Pessoal	(234)	(216)
Material	(250)	(2.212)
Serviços de terceiros	(2.377)	(1.336)
Arrendamentos e aluguéis	(556)	(372)
Seguros	(114)	(150)
Provisão para contingências (servidões)	(496)	(2.264)
Outros custos de operação e manutenção	(498)	(182)
Total do custo de operação e manutenção	<u>(4.525)</u>	<u>(6.732)</u>

15 Resultado Financeiro Líquido

	31/12/2025	31/12/2024
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicações financeiras	445	375
Outras receitas financeiras	2	1
	<u>447</u>	<u>376</u>
Despesas financeiras		
Juros s/empréstimos e financiamentos	(2.351)	(2.558)
Atualizações monetárias	(26)	(22)
Outras despesas financeiras	(77)	(52)
	<u>(2.454)</u>	<u>(2.632)</u>
Resultado financeiro líquido	<u>(2.007)</u>	<u>(2.256)</u>

16 Impostos e contribuições

a. Tributos diferidos

Natureza	31/12/2025	31/12/2024
PIS	989	948
COFINS	4.566	4.378
IRPJ	3.044	2.918
CSLL	1.644	1.576
	<u>10.243</u>	<u>9.820</u>

Devido às alterações definidas pela Reforma Tributária, conforme estabelecido na Emenda Constitucional nº 132/2023 e a Lei Complementar nº 214/2025, que determina que a partir de 01 de janeiro de 2027, o PIS e a COFINS serão extintos e substituídos pela Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), a Companhia mantém o tratamento atual deste saldo, até que a legislação defina a alíquota efetiva do CBS (ainda não determinada) para que a Companhia reflita os devidos ajustes, ressaltando que tal alteração traz impactos no gross up da receita anual permitida, e consequentemente, no fluxo de recebimento do ativo de contrato.

a. PIS e COFINS - Deduções da receita

	31/12/2025	31/12/2024
Receita anual permitida (RAP)	19.414	18.730
Outras receitas (i)	1.594	1.379
Base de cálculo	21.008	20.109
Alíquota de PIS e COFINS	3,65%	3,65%
Imposto corrente no resultado	(767)	(734)
Receita de remuneração do ativo de contrato	24.518	17.564
Alíquota de PIS e COFINS	3,65%	3,65%
Valores de PIS e COFINS	(895)	(641)
Baixa de PIS/COFINS diferidos	666	646
Imposto diferido no resultado	(229)	5
PIS e COFINS dedução da receita	(996)	(729)

(ii) Receita operacional referente aos valores não arrecadados em função dos descontos incidentes sobre as tarifas - REN n° 1.031/2022.

b. Imposto de renda e contribuição social

	31/12/2025		31/12/2024	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Receita Anual Permitida (RAP)	19.414	19.414	18.730	18.730
Outras receitas	1.594	1.594	1.379	1.379
Percentual de presunção	8%	12%	8%	12%
(=) Lucro presumido	1.681	2.521	1.609	2.413
Receitas financeiras	445	445	376	376
Base de cálculo	2.126	2.966	1.985	2.789
Alíquota do imposto de renda e da contribuição social	15%	9%	15%	9%
Valores do IRPJ e da CSLL	(319)	(267)	(298)	(251)
Adicional de 10% - IRPJ	(189)	-	(174)	-
Imposto corrente no resultado	(508)	(267)	(472)	(251)
Receita de remuneração do ativo de contrato e de construção	24.518	24.518	17.564	17.564
Percentual de presunção	8%	12%	8%	12%
Base presumida	1.961	2.942	1.405	2.108
Alíquota do imposto de renda e da contribuição social	25%	9%	25%	9%
Valores do IRPJ e da CSLL	(490)	(265)	(351)	(190)
Baixa de IRPJ/CSLL diferidos	365	197	354	191
Imposto diferido no resultado	(125)	(68)	3	1
Total do imposto de renda e contribuição social no resultado	(633)	(335)	(469)	(250)

17 Resultado por ação

	31/12/2025	31/12/2024
Lucro líquido do exercício	17.690	7.711
Quantidade de ações ordinárias ponderadas	30.699	30.699
Resultado por ação ordinária ponderada	0,5762	0,2512

Não há efeitos de diluição no cálculo do resultado por ação.

18 Instrumentos financeiros

a. Classificação dos instrumentos financeiros

Hierarquia de valor justo

Os diferentes níveis foram assim definidos:

- Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos
- Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços)
- Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Abaixo, são comparados os valores contábeis, valor justo e os níveis hierárquicos dos principais ativos e passivos de instrumentos financeiros:

Ativos financeiros	Classificação de acordo com o CPC 48 / IFRS 09	Nível	31/12/2025 Valor contábil / Valor justo	31/12/2024 Valor contábil / Valor justo
Caixa	Custo amortizado		4	4
Aplicações financeiras e equivalentes de caixa	Valor justo por meio do resultado	1	4.905	4.398
Concessionárias e permissionárias	Custo amortizado		2.426	1.839
Outros créditos (*)	Custo amortizado		207	868
			7.542	7.109
 (*) Foram excluídos os valores de despesas antecipadas R\$74 em 2025 e R\$46 em 2024.				
Passivos financeiros				
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado		37.734	39.907
Fornecedores	Custo amortizado		193	2.348
Arrendamentos a pagar	Custo amortizado		270	3
Outras contas a pagar	Custo amortizado		316	279
			38.513	44.703

As suas características operacionais e a sua estrutura patrimonial colocam a Companhia em um ambiente em que o risco de mercado é extremamente baixo. Em virtude dessas condições, a Administração entende ser desnecessária a utilização de instrumentos financeiros derivativos. Em 31 de dezembro de 2025, o valor contábil dos ativos e passivos financeiros representam aproximadamente os valores de mercado.

Os passivos financeiros são classificados integralmente como mensurados ao custo amortizado.

b. Gerenciamento de riscos

A Companhia está exposta aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: risco de crédito, risco de liquidez, risco de mercado e risco operacional.

(i) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso o cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais.

A Administração analisa caso a caso a necessidade de contabilização de provisão para perdas ou análises de crédito em relação aos seus clientes, pois o CUST, celebrado entre o ONS e os usuários da rede, tem como finalidade garantir o recebimento dos valores devidos pelos usuários às transmissoras, pelos serviços prestados. Casos judicializados são acompanhados e avaliados para que sejam atribuídas as devidas classificações.

(ii) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem na administração do risco de liquidez é o acompanhamento do fluxo de caixa e a requisição de aportes dos acionistas, quando identificada a necessidade.

(iii) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado — tais como as taxas de juros e os preços de ações — irão afetar os ganhos da Companhia. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e, ao mesmo tempo, otimizar o retorno.

Riscos relacionados às aplicações financeiras

A Companhia adota política conservadora de aplicação dos recursos e a maior parte destes é alocada em Certificados de Depósitos Bancários. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia não possui aplicações de caráter especulativo tampouco outros ativos de risco.

Riscos relacionados à taxa de juros

Na Companhia, o principal fator de risco é a possibilidade de ocorrerem perdas por conta de flutuações nas taxas de juros (IPCA).

(iv) Risco operacional

Risco regulatório

Extensa legislação e regulação governamental emitida pelos seguintes órgãos: Ministério de Minas e Energia - MME, ANEEL, ONS e Ministério do Meio Ambiente. Caso a Companhia venha a infringir quaisquer disposições da legislação ou regulamentação aplicáveis, a referida infração pode significar a imposição de sanções pelas autoridades competentes.

Risco de interrupção do serviço

Em caso de interrupção do serviço, a Companhia está sujeita à redução de suas receitas por meio da aplicação de algumas penalidades, dependendo do tipo, do nível e da duração da indisponibilidade dos serviços, conforme regras estabelecidas pelo órgão regulador. No caso de desligamentos prolongados, os efeitos podem ser relevantes.

Risco de construção e desenvolvimento das infraestruturas

Caso a Companhia expanda os seus negócios através da construção de novas instalações de transmissão, poderão incorrer em riscos inerentes à atividade de construção, atrasos na execução da obra e potenciais danos ambientais que poderão resultar em custos não previstos e/ou penalidades. Caso ocorra algum atraso ou algum dano ambiental no âmbito da construção e desenvolvimento de infraestruturas, tais eventos poderão prejudicar o desempenho operacional da Companhia ou atrasar seus programas de expansão, hipótese em que a performance financeira da Companhia poderia sofrer um impacto adverso.

Risco técnico

Eventos de caso fortuito ou força maior podem causar impactos econômicos e financeiros maiores do que os previstos pelo projeto original. Nesses casos, os custos necessários à recolocação das instalações em condições de operação devem ser suportados pela Companhia. Caso tais riscos se materializem, o desempenho financeiro e operacional da Companhia poderá sofrer um impacto adverso.

c. Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

As operações da Companhia são indexadas preponderantemente com taxas prefixadas e atreladas à variação do CDI e do IPCA.

Os cenários de exposição dos instrumentos financeiros (empréstimos e financiamentos e aplicações financeiras) indexados à taxa de juros foram montados com base nas curvas apuradas em 31 de dezembro de 2025, averiguando-se o impacto nas despesas e nas receitas financeiras, para o caso da

variável de risco CDI e IPCA, no período de um ano. O Cenário I corresponde às taxas de juros informadas no *site* do Banco Central, e, na avaliação da Administração, é o cenário mais provável de se realizar nas datas de vencimento de cada uma das operações. Para os Cenários II e III, considerou-se uma elevação e uma redução de 25% e 50% nas variáveis de risco.

Premissas para a análise de sensibilidade:

Variável de risco	Risco	Exposição	Cenário provável (*)	Queda de 25%	Queda de 50%
CDI (%)	Redução do CDI		14,32%	10,74%	7,16%
Aplicações financeiras		4.905	702	527	351
Impacto no resultado				(176)	(351)

Premissas para a análise de sensibilidade:

Variável de risco	Risco	Exposição	Cenário provável (*)	Aumento de 25%	Aumento de 50%
IPCA (%)	Aumento do IPCA		4,26%	5,33%	6,39%
Empréstimos e financiamentos		37.734	1.607	2.011	2.411
Impacto no resultado				(404)	(804)

19 Seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. O resumo das apólices vigentes em 31 de dezembro de 2025 é como segue:

	Valor Segurado	Vigência
Risco operacional	81.162	24/09/2025 a 19/06/2026

As premissas adotadas para a contratação dos seguros, dada sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria. Consequentemente não foram auditadas pelos nossos auditores independentes.

20 Questões ambientais

As condicionantes definidas no licenciamento ambiental expedido pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA estão sendo regularmente cumpridas pela Companhia. Abaixo resumo das licenças expedidas para o trecho LT 230 kV Nossa Senhora do Socorro Penedo C2:

Órgão Emissor	Tipo de Licença	Nº da Licença	Emissão	Validade
IBAMA	Licença de Operação (LO)	1602/2021	05/01/2021	05/01/2031

21 Eventos subsequentes

Em decorrência da publicação da Instrução Normativa RFB nº 2.305, de 31 de dezembro de 2025, posteriormente alterada pela Instrução Normativa RFB nº 2.306, de 22 de janeiro de 2026, foram estabelecidas regras aplicáveis às pessoas jurídicas tributadas pelo regime do lucro presumido, determinando o acréscimo de 10% (dez por cento) nos percentuais de presunção previstos na legislação do IRPJ e da CSLL para fins de apuração das respectivas bases de cálculo.

Com isso, os percentuais de presunção utilizados na determinação das bases de cálculo do IRPJ e da CSLL passam a ser majorados, o que pode resultar em aumento da carga tributária efetiva para as empresas enquadradas nesse regime, a depender da natureza das receitas auferidas e do respectivo

enquadramento tributário. A Companhia acompanha a evolução do tema e está adotando as providências necessárias para atendimento às novas disposições

* * *

Marcelo Souza de Camargo Rodrigues
Diretor

Flavio Beloto Gonçalves
Diretor

Leandro Borges Jordão
Contador – CRC/GO 022059/O